

Só painel pára votação de destaques

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, encerrou ontem a sessão da Assembleia Nacional Constituinte meia hora antes do previsto em função de defeitos no painel eletrônico de votação, fornecido pela empresa AEG. O painel falhou nas quatro votações da tarde, que tiveram de ser repetidas, e cada uma demorou em média meia hora, porque muitos constituintes não conseguiam utilizar os dispositivos de votação das bancadas e foram obrigados a fazer fila diante dos postos avulsos, para poderem votar.

Paciente, Ulysses Guimarães chegou a pedir desculpas ao plenário pelo mau funcionamento do painel. Depois da quarta votação, quando passava das 21h, desistiu de prorrogar a sessão até as 21h30m, conforme anunciara. Disse ao plenário ter recebido informações de que hoje os técnicos da empresa estarão em Brasília para os reparos necessários. Segundo o Secretário Geral da Mesa, Paulo Afonso Martins, o problema não é do equipamento, mas do software, programa elaborado para a votação.

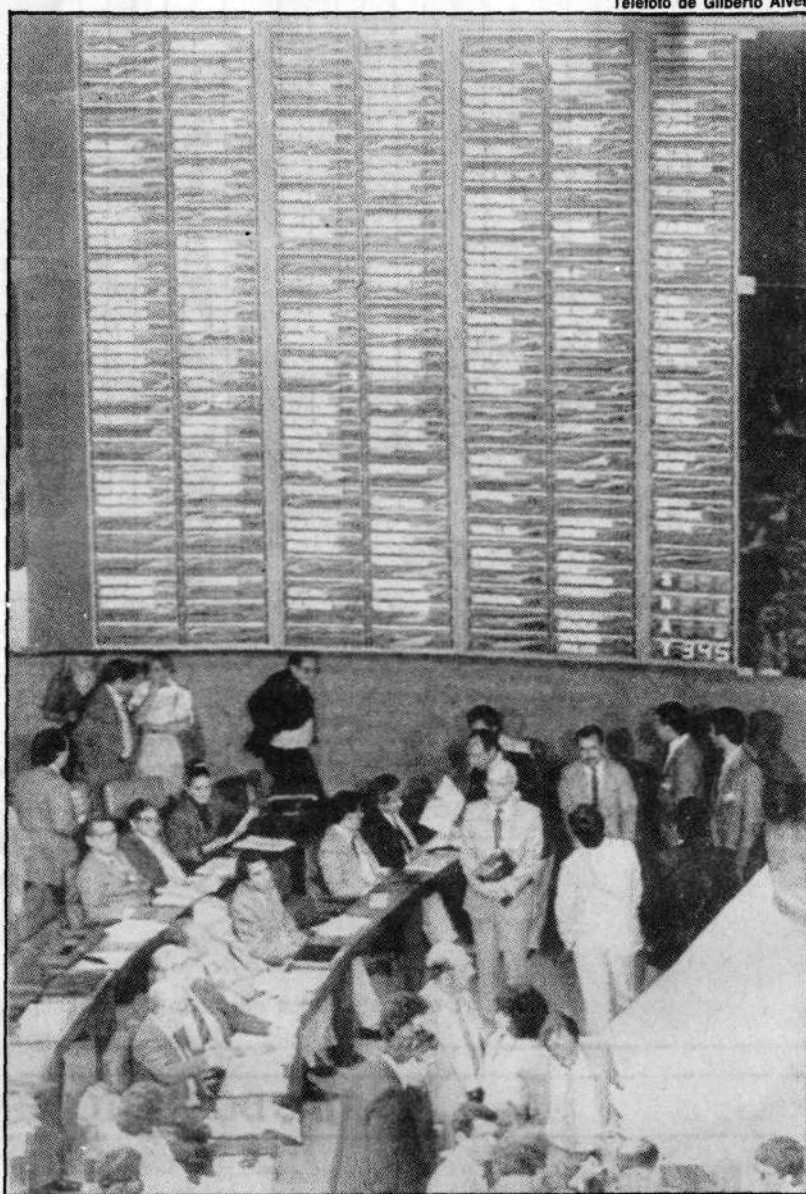
As falhas sistemáticas no painel eletrônico que registra os votos dos constituintes atrasou ainda mais a votação ontem, que já se arrastava devido ao excesso de pronunciamentos e questões de ordem. Três panes sucessivas no sistema contribuíram para o pouco rendimento da sessão e provocaram irritação e ironias dos constituintes.

Logo na primeira votação, quando o plenário, segundo acordo firmado previamente entre as lideranças, aprovaria o substitutivo do Centrão, ressalvados os destaques ao Capítulo sobre Direitos Individuais e Coletivos, o primeiro do Título II — Dos Direitos e Liberdades Fundamentais —, o sistema não funcionou. Ulysses pediu aos técnicos da empresa responsável que reparassem o problema com urgência e a sessão permaneceu interrompida quase 20 minutos.

Ulysses pediu que os constituintes que ocupavam bancadas cujos controles não funcionavam comparecessem aos postos avulsos de votação. O processo recomeçou e mais uma vez não deu certo.

Mais uma tentativa e, desta vez, foi possível votar. Na próxima votação, o plenário se posicionaria quanto a um destaque do Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Cumpridos os procedimentos, nova falha no computador. E a sessão ficou interrompida por outros 15 minutos. Na segunda vez, enfim, funcionou.

Um acordo, que produziu a fusão em plenário dos textos do Centrão e da Comissão de Sistematização, ga-



Falhas sucessivas no painel de votação levam à suspensão da sessão

rantiu ontem à noite a aprovação tranqüila, por 327 votos favoráveis contra 97, do caput do artigo sexto da nova Constituição.

O artigo será iniciado com a frase "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" — que era o dispositivo aprovado pela Sistematização —, acrescida por "A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes".

O acordo contou com a aprovação do Centrão e do Líder do PMDB, Senador Mário Covas, que orientou sua bancada, minutos antes, a votar con-

tra um destaque apresentado anteriormente pela própria liderança com o objetivo de resgatar o texto da Sistematização e que foi derrotado por 319 votos contra 115. Covas explicou que a concordância do Centrão em incluir no artigo a frase da Sistematização fez com que concordasse em aprovar o texto do grupo.

A discordância do PT, PDT, PCB e do PC do B — que subiram à tribuna para criticar o acordo com o Centrão — foi justificada porque o texto dos centristas alinha a propriedade, ao lado da vida e da liberdade, como direitos fundamentais. O Senador José Fogaça, em nome da Relatoria, concordou parcialmente, por achar incorreto nivelar o direito à vida ao direito de propriedade.

O texto aprovado ontem

Caput do Capítulo I e o Parágrafo 1°

BRASÍLIA — Com a votação interrompida por falha no painel eletrônico, foram votados ontem à noite apenas os destaques para o caput e o primeiro parágrafo do artigo 6° da nova Constituição, que ficaram com a seguinte redação:

Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais Capítulo I

Dos Direitos Individuais e Coletivos
Art.6° — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1° — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Lei ordinária deve definir sobre aborto

BRASÍLIA — Caberá à legislação ordinária manter a proibição ou liberar a prática do aborto. Esta foi a decisão tomada ontem por 310 constituintes que votaram contra a emenda do Deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que classificava de "crime inafiançável" qualquer tentativa de interrupção da gravidez. A proposta teve 93 votos favoráveis e 28 abstenções.

Se os constituintes sustentarem essa posição até o final do processo de elaboração da nova Carta, permanecerá valendo o texto do novo Código Penal, que autoriza o aborto terapêutico para salvar a vida da mãe e nos casos de estupro.

O Relator Bernardo Cabral observou que a decisão de disciplinar a questão através de lei ordinária vem se repetindo desde as comissões temáticas, com o apoio da maioria dos constituintes. Mas, ainda assim, o direito à vida está protegido no artigo 264 do projeto de Constituição, que torna obrigatório à família, à sociedade e ao Estado assegurar à criança e ao adolescente os bens naturais e de direito dos seres humanos.

Apenas o Deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO) endossou a argumentação de Iensen, de que o aborto "se choca com a fé cristã dos brasileiros".

Quércia culpa PMDB por atraso da Carta

SÃO PAULO — Ao fazer um balanço do primeiro ano de trabalho da Constituinte, o Governador Orestes Quércia disse ontem que os parlamentares têm que ser pressionados para que a votação da nova Carta seja apressada, pois "a Nação não está suportando mais esse atraso". Quércia afirmou que a pressão deve ser feita através de reuniões e concentrações, mas não especificou com quem, quando ou onde realizá-las.

— Esta demora deve ser creditada ao próprio PMDB. Afinal, o Centrão não é um partido. O PMDB é que tem de encontrar sua homogeneidade para que se apressem os trabalhos — afirmou, lembrando que, em um ano de trabalho, a Constituinte não conseguiu aprovar nada em definitivo.

Quércia ressaltou que nenhum re-

sultado pode ser esperado do encontro de governadores em Belo Horizonte, realizado semana passada.

O Governador considerou positiva a proposta do Governo federal de unificar o orçamento da União. Para ele, a unificação poderá eliminar o desperdício e diminuir o déficit público. Quércia afirmou que o déficit ficou fora de controle no ano passado devido a três fatores: as dívidas externas e internas e os reajustes salariais concedidos por empresas de economia mista.

Quércia visitou pela manhã a cidade paulista de Itu. Ele foi recebido com faixas que o aclamavam como futuro Presidente da República. No Estádio de Futebol Dr. Novelli Júnior, ele entregou três mil títulos de posse de terrenos e também plantas para a construção de casas.